

**Rodrigo Santos Silva**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO “CULTIVANDO CIDADANIA” PARA A  
SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS DE  
ARACAJU**

**São Cristóvão – SE**

**Março - 2025**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS APLICADAS – CCAA**  
**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRONÔMICA – DEA**

**CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO “CULTIVANDO CIDADANIA” PARA A  
SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES VULNERÁVEIS DE  
ARACAJU**

**Monografia apresentada ao Departamento de  
Engenharia Agrônômica – Universidade  
Federal de Sergipe, como requisito parcial para  
obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.**

**APROVADO EM:**

**ORIENTADO POR:**

---

**Prof. Dra. Glaucia Barretto Gonçalves**  
**(Orientadora)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Aparecida Moreira**  
**(Banca examinadora)**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Fabyane de Andrade Brito**  
**(Banca examinadora)**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, que sempre me sustentou, a meu Pai Oxalá, que conheci no encontro da minha amada Umbanda, a meu pai Oxóssi que com sua flecha e muita paciência me ensinou que na vida é preciso ir em busca do que se quer, concentrado e em silêncio, a minha mãe Oxum que com suas águas doces, adocicou todos os momentos de tristeza e me manteve sempre firme.

A minha mãe Iansã, que com seus ventos jogou para longe tudo de ruim e trouxe para bem perto as delícias e nem tão delícias assim de se viver, mas que se fez necessário para o meu crescimento, ao meu pai Xangô que jamais deixou a pedreira cair sobre mim e com suas machadinhas cortou as injustiças, as mazelas e me protegeu e protege até hoje, aos Guias que me acompanham e que me deram força, sustento, acalento e se fazem presentes na minha jornada a cada dia.

A minha família pelo incentivo aos estudos, a meu namorado/marido Mestre Breno Valentino Lima Santos, companheiro de vida que a espiritualidade me apresentou há 10 anos atrás e até hoje divide comigo as angústias, ansiedades, medos, mas também, alegrias, amor e conquistas, meu muito obrigado pela paciência, pelos incentivos para o retorno aos estudos e pelas correções textuais.

Agradeço também a minha zeladora, Iyá Nete de Yemanjá Sobá, a toda sua coroa e ao Centro Espírita Águas Claras que, pois, sem seu acolhimento eu não teria passado por essa reforma íntima espiritual, a qual me tornou mais forte, resiliente, focado e obstinado.

Aos professores do Departamento de Engenharia Agrônômica que contribuíram para esse trajeto acadêmico também deixo meus agradecimentos. Enfim, dedico a vocês toda minha gratidão!  
(agradecimento colocando pontos)

Saravá a todos!

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>3</b>
2.1 A SEGURANÇA ALIMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA.....	3
2.2 FATORES QUE INFLUENCIAM A SEGURANÇA ALIMENTAR .....	4
2.3 ESCASSEZ DE ALIMENTOS .....	5
2.4 AGRICULTURA AGROECOLÓGICA.....	7
2.5 AGRICULTURA AGROECOLÓGICA EM SERGIPE.....	8
2.6 PROJETOS QUE VISAM A IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS DE AGRICULTURA AGROECOLÓGICA.....	10
<b>3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....</b>	<b>11</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Reuniões de apresentação do projeto. CRAS, Bairro Coqueiral, Aracaju, 2017.	12
Figura 2: Levantamento dos locais a serem implantadas as hortas. FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho, Inácio Barbosa, Aracaju, 2017.....	13
Figura 3: Escola Municipal Jornalista Orlando Dantas, Conjunto Veneza, Aracaju, 2022 e FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022, respectivamente. ....	14
Figura 4: Irrigação manual e por gotejamento. Escola Municipal Jornalista Orlando Dantas, Conjunto Veneza, Aracaju, 2022 e FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022, respectivamente.....	15
Figura 5: Uso de tagets (cravo de defunto) nos canteiros. FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022 e de crotalária como adubação verde. CRAS, Bairro Coqueiral, Aracaju, 2022, respectivamente. ....	16
Figura 6: Oficina realizada com as famílias assistidas. CRAS, Bairro Coqueiral, Aracaju, 2022 e visita na área da FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022, respectivamente. ....	17
Figura 7: Produtos para comercialização. FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022.....	18
Figura 8: Feira Agroecológica e produtos comercializados. Feira da Prefeitura Municipal, Bairro Ponto Novo, Aracaju, 2022. ....	18

## RESUMO

A insegurança alimentar e a desigualdade social ainda persistem em diversas comunidades urbanas brasileiras. A agricultura urbana agroecológica surge como alternativa viável para promoção da segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e inclusão social. Nesse contexto, o Projeto *Cultivando Cidadania*, desenvolvido em Aracaju (SE), representa uma importante iniciativa de hortas comunitárias que alia produção de alimentos saudáveis com formação cidadã e geração de renda. Esta pesquisa teve como objetivo analisar as contribuições do projeto para a segurança alimentar de comunidades vulneráveis de Aracaju, identificando seus desafios, potencialidades e articulação com políticas públicas agroecológicas. Foi adotada uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica sobre agroecologia, agricultura urbana e segurança alimentar, além de análise documental e observações realizadas durante estágio supervisionado no projeto. Foram utilizadas fontes acadêmicas, legislações e relatórios técnicos. Os resultados indicam que o projeto promove acesso a alimentos livres de agrotóxicos, fortalece a soberania alimentar, gera renda complementar e amplia a participação social dos beneficiários. A parceria entre poder público, universidade e comunidade fortalece a gestão coletiva. Contudo, limitações orçamentárias, carência de insumos e resistência cultural à agricultura urbana ainda são entraves à sua expansão. A articulação com legislações como a Lei nº 11.346/2006 (SISAN) e a recente Lei nº 14.935/2024, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana, fortalece o reconhecimento institucional da prática e amplia o acesso a políticas públicas. Conclui-se que o Projeto *Cultivando Cidadania* demonstra como práticas agroecológicas em espaços urbanos contribuem de forma efetiva para a segurança alimentar e inclusão social. Apesar dos desafios estruturais, sua continuidade depende do fortalecimento das políticas públicas, da mobilização comunitária e de investimentos técnicos e financeiros. A experiência reforça a importância da agricultura urbana como política de transformação social e ambiental em territórios vulneráveis.

**PALAVRAS-CHAVE:** agroecologia; horta; alimentação; cidadania.

## 1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar é fundamental no bem-estar humano e desenvolvimento sustentável da sociedade. Para alcançá-la, é preciso garantir o acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, proporcionando melhorias na saúde e aumento na qualidade de vida. Nesse contexto, a agricultura agroecológica é uma alternativa fortalecedora da Segurança Alimentar, pela sua produção sustentável e respeito ao meio ambiente e à saúde humana.

A agricultura agroecológica constitui uma abordagem ampla e multidimensional que integra práticas agrícolas sustentáveis, conhecimentos tradicionais e princípios da ecologia, visando a produção de alimentos de forma harmoniosa com os ecossistemas e as comunidades humanas. Mais do que um método de cultivo, a agroecologia é entendida como um modo de vida e um projeto político de transformação social, promovendo a soberania alimentar, a valorização da agricultura familiar e a justiça socioambiental.

Diferente dos modelos convencionais, que priorizam o uso intensivo de insumos químicos, monoculturas e a lógica do agronegócio, a agroecologia propõe um sistema diverso, descentralizado e enraizado nos territórios, respeitando as especificidades culturais, ambientais e econômicas locais. Nessa perspectiva, são utilizadas práticas como o consórcio de culturas, a adubação orgânica, o controle biológico de pragas, os sistemas agroflorestais e o uso de sementes crioulas – tudo isso sob um olhar integrado entre solo, água, planta, animal e ser humano.

A agroecologia contribui diretamente para a segurança alimentar e nutricional, pois estimula a produção de alimentos saudáveis, com maior diversidade e menor custo, sobretudo em áreas urbanas e periurbanas. Além disso, fortalece a autonomia das comunidades, estimula a participação social e valoriza o protagonismo das mulheres, dos povos tradicionais e da juventude rural.

No Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, a agroecologia tem se consolidado como um instrumento essencial de enfrentamento à pobreza rural e às desigualdades sociais. Programas federais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as políticas de fortalecimento da agricultura familiar têm impulsionado o desenvolvimento de experiências agroecológicas em escolas, assentamentos, comunidades quilombolas e periferias urbanas.

A falta de alimentos adequados é o grande desafio da segurança alimentar, e as hortas em áreas urbanas consiste no método eficaz na resolução dessa problemática; visto que, a partir desse método de cultivo é possível garantir o acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidades permanentes.

Vale destacar que o projeto Cultivando Cidadania não promove apenas a Segurança Alimentar, mas também desempenha um papel socioeconômico na estrutura das famílias impactadas pela sua implementação. Isto é, além de garantir alimentos de qualidade, contribui com a economia de famílias em vulnerabilidade, pois, a produção das hortas é direcionada tanto para consumo próprio, quanto para a comercialização em feiras agroecológicas.

Assim, o Projeto Cultivando Cidadania, desde 2017, vem beneficiando pessoas inseridas no CadÚnico, promovendo autoconsumo de alimentos orgânicos. O projeto é acompanhado por agrônomo, estagiários do curso de Engenharia Agrônoma da Universidade Federal de Sergipe, que oferecem suporte técnico sobre o plantio, colheita e comercialização em feira agroecológica, gerando assim, renda extra para as famílias inseridas. Além disso, há também o acompanhamento de Nutricionista e estagiários do curso de Nutrição de outras instituições, que promovem suporte nutricional, dando ênfase ao consumo de alimentos saudáveis, principalmente em áreas que os excedentes da produção são para consumo próprio (Aracaju, 2019).

Contudo, isto só é possível quando há como garantia um espaço adequado para a sua implementação. Pois, a partir dele é que pode ser produzido, de modo sustentável, alimentos frescos. Assim, a implementação de um projeto de hortas urbanas, a partir da produção agroecológica, contribui para o fortalecimento da autonomia alimentar das comunidades ao seu redor.

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho foi relatar como o projeto Cultivando Cidadania, com ênfase em hortas urbanas em Aracaju tem contribuído para a garantia da Segurança Alimentar e, além disso, evidenciar os benefícios dessa iniciativa para a comunidade local.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A SEGURANÇA ALIMENTAR E SUA IMPORTÂNCIA

A segurança alimentar é um tema que abrange a garantia do acesso universal a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para uma vida saudável. Este conceito vai além da mera disponibilidade de alimentos, pois, envolve, também, a qualidade, a acessibilidade econômica e a utilização adequada dos recursos naturais. Devido a tal abrangência, para que a segurança alimentar seja garantida, é importante a colaboração de governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil (FBSAN, 2018)

Seguindo esta linha de raciocínio, para alcançar a segurança alimentar, deve-se considerar princípios alimentícios que promovam e garantam uma alimentação saudável que respeite a cultura e a diversidade sustentável do ponto de vista socioeconômico e ambiental (LEÃO, 2013). Porém, não se trata de um esforço individual, mas de uma necessidade generalizada da sociedade, coadunada com estruturas legais, pautadas em lei, e organismos civis de fiscalização, para garantir o direito humano à alimentação adequada, assim como está proposto na Lei nº 11.346, parágrafo 2º

A alimentação é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. (Brasil, 2006)

Todavia, um dos pilares fundamentais da segurança alimentar é a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente para atender às necessidades da população, com esforços que desempenham papel crucial na garantia da disponibilidade de alimentos. Entre eles podemos citar: a forma de produção sustentável, investimento em tecnologias agrícolas inovadoras e fortalecimento da infraestrutura necessária para todo processo. Além disso, evidenciam como elementares, estratégias de gestão de estoques e medidas para reduzir o desperdício de alimentos (Brasil, 2006).

Garantida a quantidade, não pode ser deixado de lado a qualidade dos alimentos, que é dimensão importante da segurança alimentar, e abrange todo o processo, da produção ao consumo, envolvendo práticas agrícolas seguras, manuseio, armazenamento adequados e transporte seguro. Isto é, a implementação de padrões de segurança alimentar e a regulamentação eficaz são vitais para assegurar que os alimentos disponíveis atendam aos requisitos sanitários e nutricionais, protegendo a saúde da população (SISAN, 2006).

Na Segurança Alimentar, a acessibilidade econômica, mostra-se como fator determinante. Pois, mesmo que o indivíduo tenha a sua disposição alimentos em quantidade

e qualidade, é essencial que a população tenha meios econômicos para adquiri-los. Assim, o poder público, através de políticas públicas, desempenha, nesta situação, o papel crítico, além do mais, seu papel é promover a equidade econômica, reduzindo a pobreza, melhorando o acesso a empregos dignos, e, conseqüentemente, garantir que todos tenham capacidade financeira de comprar alimentos adequados (Relatórios de Desenvolvimento Humano, 2019).

Ademais, todo processo também se liga com a garantia de mantimento e abastecimento a longo prazo. De modo que, garantir Segurança Alimentar também é discutir sobre meios sustentáveis de produção. Em suma, a produção deve ser efetuada de modo que preserve os recursos naturais, evitando, conseqüentemente, a degradação do solo; promova práticas sustentáveis; e reduza a pegada de carbono associada à produção alimentícia (FAO, 2021).

Fica evidente, portanto, que o problema da Segurança Alimentar é multifacetada e envolve a garantia da disponibilidade, qualidade, acessibilidade econômica e sustentabilidade dos alimentos. Para tratar desse desafio global, é essencial adotar abordagens integradas, envolvendo governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil. Pois, a promoção da segurança alimentar não contribui apenas para a saúde e bem-estar das populações, como desempenha, também, um papel fundamental na construção de sociedades mais justas e sustentáveis (FBSSAN, 2023).

## 2.2 FATORES QUE INFLUENCIAM A SEGURANÇA ALIMENTAR

Segundo o Índice Global da Fome (WELT HUNGER HILFE; CONCERN WORLDWIDE, 2023), a pobreza, a desigualdade social e as mudanças climáticas são fatores centrais que podem afetar a segurança alimentar mundial. Esse é um tema crucial que impacta diretamente as comunidades carentes ao redor do mundo. Para essas populações vulneráveis, o acesso a alimentos nutritivos, em quantidade suficiente e de maneira consistente, muitas vezes é um desafio constante.

A pobreza é um dos principais obstáculos para a segurança alimentar em comunidades carentes. Muitas famílias não têm recursos financeiros adequados para adquirir alimentos nutritivos em quantidade suficiente. Isso leva a dietas desequilibradas e, conseqüentemente, a problemas de saúde, especialmente em crianças em fase de crescimento (IBGE, 2024).

A desigualdade social também desempenha um papel significativo na insegurança alimentar. A distribuição desigual de recursos e oportunidades cria disparidades no acesso

aos alimentos. As comunidades carentes muitas vezes enfrentam barreiras sociais que limitam seu acesso a fontes de alimentos adequadas e os impedem de se beneficiar plenamente de programas e políticas voltados para a segurança alimentar (SEN, 1999).

As mudanças climáticas são outra ameaça à segurança alimentar, afetando a produção agrícola e a disponibilidade de recursos naturais. Comunidades carentes muitas vezes dependem da agricultura de subsistência, tornando-as particularmente vulneráveis a eventos climáticos extremos, como secas e inundações, que podem comprometer as colheitas e a disponibilidade de alimentos (Ipea, 2011).

Para abordar esses desafios, é fundamental adotar abordagens integradas que considerem tanto as dimensões sociais quanto as ambientais da segurança alimentar. Isso inclui a implementação de políticas públicas que promovam a equidade social, investimentos em infraestrutura para melhorar o acesso e distribuição de alimentos, bem como a promoção de práticas agrícolas sustentáveis para enfrentar os impactos das mudanças climáticas (MALUF, 2007).

Além disso, é essencial envolver ativamente as comunidades carentes nos processos de tomada de decisão, garantindo que suas necessidades e conhecimentos locais sejam considerados. Programas de educação nutricional e capacitação podem desempenhar um papel importante no fortalecimento dessas comunidades, capacitando-as a fazer escolhas alimentares mais saudáveis e sustentáveis (BURLAND & MALUF, 2023).

Em última análise, a busca por segurança alimentar em comunidades carentes exige uma abordagem holística que considere as complexidades das questões sociais, econômicas e ambientais envolvidas. Ao fazer isso, podemos trabalhar para garantir que todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso a alimentos suficientes e nutritivos para levar uma vida saudável, digna e que as proteja dos impactos que a escassez de alimentos pode causar em suas vidas (MALUF, 2007).

### 2.3 ESCASSEZ DE ALIMENTOS

A segurança alimentar é um dos pilares fundamentais para o bem-estar de qualquer indivíduo e, conseqüentemente, sociedade. Porém, para alcançá-la, é necessário garantir o acesso regular e sustentável a alimentos nutritivos em quantidade suficiente. Contudo, a persistente escassez de alimentos emerge como um grave obstáculo, lançando entraves na formação de uma sociedade estável (SISAN, 2006).

A escassez de alimentos no Brasil tem sido uma preocupação significativa, impactando diretamente a segurança alimentar da população. Embora o país tenha registrado avanços recentes na redução da fome, os desafios persistem, especialmente em determinadas

regiões e entre grupos mais vulneráveis. Assim, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2023, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve uma melhora na segurança alimentar dos domicílios brasileiros (Governo do Brasil, 2024):

- Segurança Alimentar: 72,4% dos domicílios (56,7 milhões) estavam em situação de segurança alimentar, indicando acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente (CFN, 2024).
- Insegurança Alimentar: 27,6% dos domicílios (21,6 milhões) enfrentavam algum grau de insegurança alimentar (IBGE, 2024):
  - Leve: 18,2% (14,3 milhões)
  - Moderada: 5,3% (4,2 milhões)
  - Grave: 4,1% (3,2 milhões)

Esses números representam uma melhoria em relação a anos anteriores, refletindo esforços para combater a fome e promover a segurança alimentar no país.

Apesar dos avanços, as regiões Norte e Nordeste continuam apresentando os maiores índices de insegurança alimentar, sendo aproximadamente 25% dos domicílios nessas regiões em situação de insegurança alimentar leve no último trimestre de 2023 (IBGE, 2023).

Essas disparidades regionais evidenciam a necessidade de políticas públicas direcionadas para atender às especificidades locais e reduzir as desigualdades no acesso a alimentos. Por isso, o Governo Brasileiro tem implementado diversas ações para enfrentar a escassez de alimentos e melhorar a segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que foi relançado em março de 2023 e visa garantir a segurança alimentar e nutricional, além de incentivar a produção de alimentos pela agricultura familiar e a reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em fevereiro de 2023 que busca promover a participação social na formulação de políticas de combate à fome (Governo do Brasil, 2024).

Sendo assim, enfrentar a escassez de alimentos requer uma abordagem abrangente e cooperativa. Através da cooperação global, inovação tecnológica e políticas eficazes, é possível construir um futuro em que a segurança alimentar seja uma realidade para toda a humanidade, independentemente dos desafios que a natureza ou os conflitos possam apresentar. E, um dos modos de combatê-la é o desenvolvimento e investimento na produção de alimentos no modelo da Agricultura Orgânica (CAMPOS & PEREIRA, 2021).

## 2.4 AGRICULTURA AGROECOLÓGICA

A agricultura agroecológica representa um modelo alternativo e sustentável de produção agrícola, que busca integrar o saber científico e o conhecimento tradicional dos agricultores ao manejo ecológico dos recursos naturais. Diferente da agricultura convencional, a agroecologia propõe uma visão sistêmica do ambiente rural, considerando as interações entre solo, água, biodiversidade, sociedade e cultura local (Altieri, 2012).

Embora muitas vezes associada à agricultura orgânica – por também rejeitar o uso de agrotóxicos, transgênicos e fertilizantes sintéticos –, a agroecologia vai além dos critérios técnicos de produção. Ela incorpora uma dimensão política e social que valoriza o fortalecimento da agricultura familiar, a soberania alimentar e a justiça social no campo. Ou seja, mais do que produzir alimentos sem veneno, trata-se de produzir com consciência ambiental e compromisso social.

A base da agroecologia está na compreensão dos agroecossistemas — sistemas agrícolas que buscam imitar os ecossistemas naturais, promovendo diversidade, estabilidade, eficiência energética e resiliência climática. Nesses sistemas, o solo é tratado como um organismo vivo e sua fertilidade é mantida ou aumentada por meio de práticas que melhoram a matéria orgânica e a atividade biológica do solo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Na agricultura agroecológica, os adubos utilizados são, em sua maioria, de origem orgânica ou mineral natural. Entre os principais adubos orgânicos estão o composto orgânico (mistura de resíduos vegetais e esterco animal decompostos), a torta de mamona, o húmus de minhoca, o esterco curtido de curral e cama de galinha, além dos biofertilizantes líquidos produzidos a partir de fermentações naturais. Essas fontes devolvem ao solo nutrientes essenciais como nitrogênio, fósforo e potássio, além de melhorar sua estrutura física e microbiológica (EMBRAPA, 2018).

Adicionalmente, práticas como a adubação verde — uso de plantas leguminosas (como feijão-de-porco e crotalária) que são incorporadas ao solo para enriquecer a matéria orgânica e fixar nitrogênio atmosférico — são fundamentais para manter a fertilidade sem depender de adubos químicos (AZEVEDO; ARAÚJO, 2003). Essa técnica contribui para a ciclagem de nutrientes e auxilia no controle de ervas daninhas e pragas.

O controle de pragas é baseado no equilíbrio ecológico, evitando o uso de pesticidas sintéticos. Isso se dá por meio de estratégias como o controle biológico, em que organismos benéficos (como joaninhas, tricogramas e fungos entomopatogênicos) são utilizados para combater pragas naturalmente. Também se aplica o uso de plantas repelentes (como citronela, cravo-de-defunto e manjeriço) em consórcios ou bordaduras, para afastar insetos indesejados (ALMEIDA et al., 2014).

Além disso, o manejo preventivo é essencial. Isso inclui a rotação de culturas, a escolha de sementes crioulas adaptadas ao ambiente local, o manejo correto da irrigação para evitar doenças fúngicas, e a eliminação de restos de culturas que possam servir de abrigo para pragas. Tais práticas reduzem a incidência de pragas ao longo do tempo e promovem sistemas mais resilientes (GLIESSMAN, 2001).

Portanto, a diversidade de culturas é uma das principais características da agroecologia. Sistemas como consórcios agroflorestais e plantios intercalados permitem que diferentes espécies se beneficiem mutuamente. Por exemplo, o milho consorciado com feijão e abóbora, tradicional nas práticas indígenas, otimiza o uso da área e diminui o risco de perdas totais por pragas ou doenças (ALTIERI, 2012).

Outras práticas incluem a captação e uso eficiente da água da chuva, a compostagem doméstica, a construção de cercas vivas com espécies nativas, o uso de sementes crioulas (não transgênicas) e a valorização de saberes populares no manejo da terra. A agroecologia valoriza não apenas o "como produzir", mas também para quem se produz e com qual finalidade, promovendo a soberania alimentar (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

No Brasil, a agroecologia tem ganhado força por meio de políticas públicas, movimentos sociais e iniciativas de educação popular que promovem a formação de agricultores e agricultoras agroecológicos. Um marco importante foi a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) em 2012, que reforça o apoio a práticas sustentáveis e inclusivas no meio rural. Além disso, iniciativas como feiras agroecológicas, cooperativas de produtores e hortas urbanas contribuem para aproximar o campo e a cidade, incentivando o consumo consciente e o acesso a alimentos saudáveis.

## 2.5 AGRICULTURA AGROECOLÓGICA EM SERGIPE

A agricultura agroecológica em Sergipe tem se consolidado como uma alternativa sustentável para o desenvolvimento rural, promovendo práticas que respeitam o meio ambiente e fortalecem a agricultura familiar. A implementação de políticas públicas específicas tem sido fundamental para esse avanço, destacando-se a criação de leis e programas que incentivam a transição para sistemas de produção mais ecológicos e socialmente justos.

O marco inicial para a institucionalização da agroecologia em Sergipe foi a promulgação da Lei Estadual nº 7.270, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares no estado. Essa lei estabelece diretrizes para a promoção da agroecologia,

incluindo assistência técnica, pesquisa e comercialização de produtos agroecológicos (Jusbrasil, 2011).

Para regulamentar essa lei, foi sancionado o Decreto nº 40.051, de 2018, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO). A PEAPO tem como objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações que promovam a transição agroecológica e a produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população sergipana (MST, 2018).

Além disso, a Lei nº 8.167, de 1º de dezembro de 2016, instituiu o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da agrobiodiversidade no estado. Essa legislação reconhece a importância das sementes tradicionais para a segurança alimentar e a preservação cultural das comunidades rurais (Legisweb, 2016).

Dessa forma, diversas iniciativas têm sido implementadas para fomentar a agroecologia em Sergipe. Em dezembro de 2023, foi criada a Coordenadoria de Agroecologia e Produção Orgânica (COOAPO), vinculada à Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro). A COOAPO tem como missão promover práticas sustentáveis e valorizar os pequenos produtores locais, oferecendo assistência técnica e acesso a tecnologias que aumentem a eficiência e a sustentabilidade das atividades agrícolas (Secretaria da economia, 2024).

Em 2020, investimentos na produção agroecológica resultaram na colheita de 150 toneladas de arroz de transição agroecológica em 17 hectares plantados. Esse resultado demonstra o potencial produtivo e econômico da agroecologia no estado (Seagri, 2020).

Mais recentemente, em 2024, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em parceria com a Emdagro, iniciou o mapeamento da produção de alimentos orgânicos em Sergipe. Essa iniciativa visa organizar e fortalecer a agricultura familiar orgânica, servindo como base para editais de aquisição de alimentos saudáveis para as escolas (Emdagro, 2024).

Apesar dos avanços, a implementação efetiva das políticas de agroecologia em Sergipe enfrenta desafios. Movimentos sociais têm cobrado ações mais concretas do governo estadual para a plena execução da PEAPO, incluindo a destinação de recursos e a criação de programas específicos. Por isso, a continuidade e o fortalecimento das políticas públicas, aliados ao engajamento da sociedade civil e das instituições de pesquisa, são essenciais para consolidar a agroecologia como um modelo viável e sustentável de desenvolvimento rural em Sergipe (Mangue jornalismo, 2023).

## 2.6 PROJETOS QUE VISAM A IMPLANTAÇÃO DE HORTAS COMUNITÁRIAS DE AGRICULTURA AGROECOLÓGICA

A agroecologia, como prática integrada e transformadora, encontra nos territórios urbanos e periurbanos espaços férteis para promover inclusão social, geração de renda e segurança alimentar. Nesse contexto, políticas públicas municipais voltadas à agricultura urbana agroecológica têm ganhado relevância, como é o caso de Aracaju, capital de Sergipe. A cidade vem implementando ações que se alinham com os princípios agroecológicos, promovendo hortas comunitárias, formação técnica e apoio a grupos em situação de vulnerabilidade social (Aracaju, 2023).

Um exemplo emblemático dessa política local é o Projeto Cultivando Cidadania, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Aracaju, por meio da Secretaria Municipal da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (Semasc). O projeto tem como foco principal a promoção da segurança alimentar e nutricional, a geração de renda extra e o fortalecimento de vínculos comunitários, tendo como base a implementação de hortas comunitárias e escolares em territórios vulneráveis da cidade (Aracaju, 2023).

Inspirado em princípios da agroecologia, o Cultivando Cidadania adota práticas como o uso de adubos orgânicos produzidos localmente (compostagem), o cultivo de hortaliças sem o uso de agrotóxicos, o reaproveitamento da água e a utilização de sementes adaptadas ao clima local. Além disso, o projeto promove capacitações sobre manejo sustentável do solo, controle biológico de pragas e planejamento agroecológico da produção. Tais práticas contribuem para a produção de alimentos saudáveis, acessíveis e em harmonia com o meio ambiente (Aracaju, 2023).

A agroecologia, nesse contexto, ultrapassa a dimensão produtiva e assume um papel educativo, social e político, sobretudo ao integrar mulheres, idosos e jovens das comunidades nos processos de produção e gestão das hortas. O projeto valoriza o saber popular e incentiva a autogestão dos espaços, criando uma dinâmica comunitária que fortalece a cidadania ativa e o empoderamento local (HUNGRIA, 2024).

Dessa forma, o Projeto Cultivando Cidadania se apresenta como uma estratégia concreta de aplicação da agroecologia em contextos urbanos, demonstrando que é possível conciliar produção de alimentos, inclusão social e sustentabilidade ambiental por meio de políticas públicas bem orientadas. Sua atuação reforça o papel da agroecologia como instrumento de transformação social, especialmente em áreas marcadas por desigualdades socioeconômicas e insegurança alimentar.

### 3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O objeto do presente estudo foi relatar as atividades desenvolvidas pelo estudante de graduação em Engenharia Agrônoma Rodrigo Santos Silva, em Aracaju durante 2 anos (junho de 2022-2024). Período no qual realizou estágio remunerado, como assistente técnico do projeto Cultivando Cidadania, auxiliando as populações beneficiárias das hortas urbanas em comunidades periféricas do município.

O Cultivando Cidadania é um projeto da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social - SEMFAS da Prefeitura Municipal de Aracaju que está em vigência desde o ano de 2017. Visa a implantação de hortas em espaços públicos ociosos e comunitários, como reforço e melhoria na qualidade da alimentação e geração de renda complementar. É inspirado na expansão mundial da Agricultura Urbana Agroecológica, voltada a inclusão produtiva, que tem beneficiado populações, gerando renda, promovendo a segurança alimentar e nutricional e a autonomia financeira dos beneficiários (Brasil, 2006).

Inicialmente, sua área de abrangência foi o terreno público vinculado à Fundação de Apoio ao Trabalho - FUNDAT no bairro Inácio Barbosa, no CRAS do bairro Coqueiral e na UBS Irmã Caridade, comunidade Aloque, depois foi estendido a Emef Jornalista Orlando Dantas, no bairro Olaria. Contudo, apesar do aumento na área de abrangência, o acompanhamento ficou restrito ao Bairro Coqueiral e a Emef Jornalista Orlando Dantas, sendo determinado por escalas distribuídas entre o grupo de estagiários. Ainda assim, durante o acompanhamento foi possível a realização de visitas nas outras áreas de abrangência.

O projeto dedica-se às famílias ligadas ao Programa Bolsa Família com cadastro ativo no Cadastro Único (CadÚnico), incluindo Pessoas com Deficiência (PCD's), propiciando assim, a inclusão social e gerando um novo canal de inclusão produtiva. Essas famílias são selecionadas através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), onde ocorrem reuniões e acolhimentos com vários grupos beneficiários, sendo crianças, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em vulnerabilidade. O projeto tem como objetivo geral incluir famílias selecionadas num processo de produção, capacitação e geração de renda por meio de hortas agroecológicas em espaços urbanos e comunitários, que desenvolvam o ciclo produtivo da agricultura urbana desde a produção à Comercialização Direta através de feiras orgânicas na capital. Para alcançar esse objetivo, foi necessário identificar e sensibilizar o público-alvo, realizar o levantamento dos locais adequados para a implantação das hortas, capacitar as famílias beneficiárias, estruturar as hortas e, por fim, iniciar os processos de comercialização, garantindo assim um modelo sustentável de produção e renda para os envolvidos.

Sendo assim, inicialmente, foi realizada uma apresentação utilizando recursos visuais, como datashow e vídeos, apresentando o projeto, seus objetivos e exemplos de funcionamento de projetos similares em outros locais. (Figura 1).



Figura 1: Reuniões de apresentação do projeto. CRAS, Bairro Coqueiral, Aracaju, 2017.

É necessário ressaltar que o projeto Cultivando Cidadania só se tornou possível devido às parcerias que dão suporte em recursos humanos. Dessa forma, o projeto contou com o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI, Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania - SEASIC, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas - SEMAC, Secretaria de Patrimônio da União - SPU, Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEAN, Conselho da Comunidade na Execução Penal, Associações Comunitárias, Comitê Municipal Gestor do Programa Bolsa Família, Diretoria Municipal de Direitos Humanos, Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA, Secretaria Municipal da Saúde - SMS, Secretaria Municipal da Educação - SEMED, Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo - SEMICT, Secretaria Municipal de Defesa Social e Cidadania - SEMDEC, Empresa Municipal de Serviços Urbanos - EMSURB, Fundação Municipal de Formação para o Trabalho - FUNDAT e Universidade Federal de Sergipe - UFS. Esta última, contribui através do Programa de Estágio ligado ao curso de Engenharia Agrônômica.

Após a sensibilização da comunidade, foi realizado o levantamento dos locais a serem implantadas as hortas. Primeiramente, a horta foi instalada no terreno que faz parte da FUNDAT, no Inácio Barbosa. O terreno foi preparado com uma aração manual utilizando enxadas e foi realizado inserido no terreno terra adubada, para que pudesse tornar o solo fertilizado e estruturado, pois, além da capina que foi necessária, também foi retirado do local, grande quantidade de cascalho. (Figura 2).



Figura 2: Levantamento dos locais a serem implantadas as hortas. FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho, Inácio Barbosa, Aracaju, 2017).

Portanto, após a determinação dos locais da implantação das hortas e do preparo do solo no espaço da FUNDAT, a horta foi implantada em outra área, sendo: a Emef Jornalista Orlando Dantas. A horta na escola foi instalada toda em pneus, porém, ao constatar que o solo contido nos pneus não estavam dando resultados positivos, foi feita a retirada e o solo foi preparado, também manualmente, com adubo orgânico de carneiro e fibra de coco para ajudar a melhorar a estrutura do solo e a retenção de água. Também foi montada uma pequena composteira na área da FUNDAT, no bairro Inácio Barbosa, de forma manual e simples, utilizando materiais disponíveis no local de implantação, como lona, madeira, materiais orgânicos. Em seguida, foram inseridas minhocas para ajudar no processo da decomposição. O húmus produzido foi utilizado para adubação local (Figura 3).



Figura 3: Escola Municipal Jornalista Orlando Dantas, Conjunto Veneza, Aracaju, 2022 e FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022, respectivamente.

A irrigação nas hortas, era feita manual com auxílio do regador ou de mangueira disponível no próprio local, posteriormente instalou-se um sistema de irrigação por gotejamento com mangueiras microperfuradas (Figura 4). A instalação desses sistemas de irrigação só foi possível quando os recursos estavam disponíveis e ainda assim, era levado em consideração o tamanho das áreas para determinar as instalações hídricas, viáveis ou não. Na Escola Jornalista Orlando Dantas, no bairro Olaria era acometida frequentemente a uma interrupção do fornecimento de água local, devido a isso, até a irrigação manual era prejudicada. Já na FUNDAT, bairro Inácio Barbosa, o sistema de irrigação era funcional, porém, a localidade também era submetida a interrupção de fornecimento de água, quando ocorria, a irrigação também era manual com o auxílio do regador.



Figura 4: Irrigação manual e por gotejamento. Escola Municipal Jornalista Orlando Dantas, Conjunto Veneza, Aracaju, 2022 e FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022, respectivamente.

Dando continuidade, foram realizados os tratos culturais, conjunto de práticas agrícolas essenciais para garantir o desenvolvimento saudável das plantas, aumentar a produtividade e preservar a qualidade do solo. Dentre essas práticas, nas hortas foram aplicadas a adubação, conforme a disponibilidade de composto no projeto Cultivando Cidadania, com o intuito de fornecer nutrientes para o crescimento das culturas. Foi realizado também o controle de pragas e doenças, por meio de métodos naturais, evitando assim o uso de produtos químicos. Dessa forma, foram inseridas espécies vegetais nas bordaduras dos cultivos, para evitar ataques de possíveis pragas, como os tagetes, conhecidos popularmente como cravo-de-defunto utilizado como “inseticida natural” no controle para pulgões e também a crotalária que é uma espécie de leguminosa que além de proporcionar adubação verde, ela ajuda no controle dos nematóides (Figura 5).

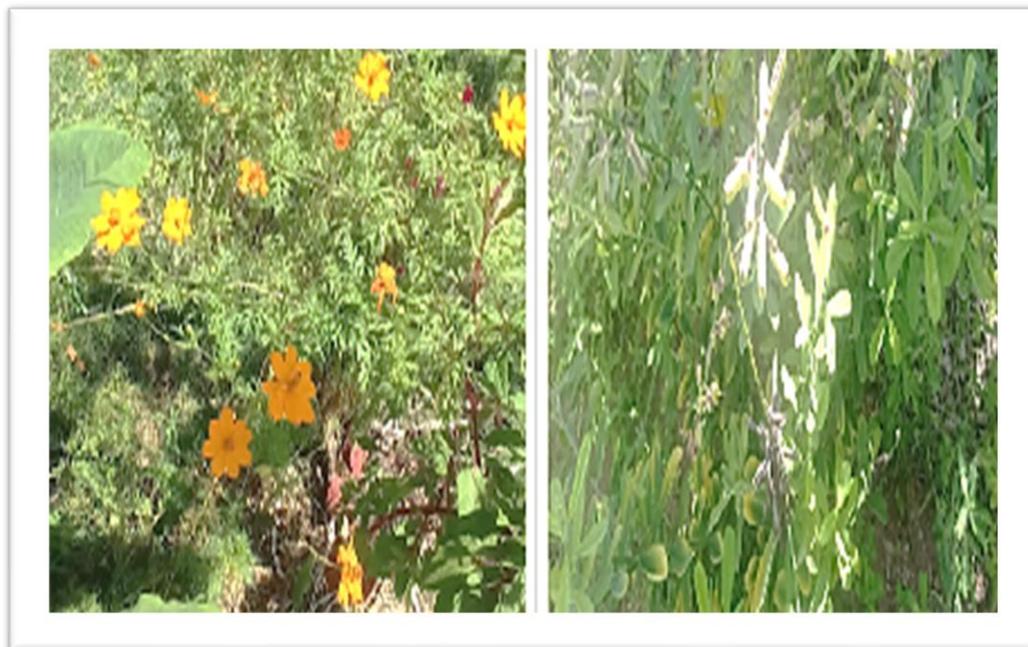


Figura 5: Uso de tagets (cravo de defunto) nos canteiros. FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022 e de crotalária como adubação verde. CRAS, Bairro Coqueiral, Aracaju, 2022, respectivamente.

Além das atividades práticas desenvolvidas no projeto, foi promovido oficina, com o intuito de socializar, instruir os participantes com informações técnicas simplificadas e trocar experiências de práticas entre os membros das comunidades atuantes no projeto. Estes sempre demonstraram ter um vasto conhecimento, que embora empírico, por muitas vezes se aproximava do conhecimento técnico dos profissionais (Figura 6).

Além da oficina, foi promovido também, a visita de uma comunidade a outra, para que pudessem trocar experiências, ao mesmo tempo terem a oportunidade de conhecerem outras áreas participantes do Projeto.



Figura 6: Oficina realizada com as famílias assistidas. CRAS, Bairro Coqueiral, Aracaju, 2022 e visita na área da FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022, respectivamente.

Por fim, concluindo essa cadeia sistêmica proposta pelo projeto, o alimento produzido na horta comunitária, além de estimular o consumo de hortaliças na dieta das famílias assistidas, possibilitou a venda dos excedentes na feira agroecológica realizada quinzenalmente na sede da Prefeitura Municipal de Aracaju, onde o lucro gerado complementava a renda das famílias, que é o que acontece com as comunidades do Inácio Barbosa e Aloque. Porém, nem todas as áreas produzem para a comercialização, quando a produção é pequena, acaba sendo dividida entre os atuantes do projeto da área específica do cultivo, sendo essa prática realizada no CRAS do bairro Coqueiral. Os vegetais cultivados foram (coentro, rúcula, alface, cebolinha, couve e salsa), hortaliças fruto (tomate, pimentão, berinjela, pimenta, quiabo, abóbora) e as anuais (macaxeira e milho). Alguns dos plantios foram realizados utilizando mudas, adquiridas pelos beneficiários do projeto na comunidade do Inácio Barbosa (Figuras 7 e 8). Essas mudas eram adquiridas com os valores da comercialização dos produtos na feira agroecológica. Eles se reuniam, e sempre que os valores eram suficientes, entravam em acordo e efetuavam a compra das mudas.

Já considerando a horta que fica na comunidade Aloque, os produtos são todos voltados para a feira agroecológica que ocorre na prefeitura, mas nem todos os cultivos são produção do local, pois, a representante da área adquire produtos de terceiros para comercializar na feira, como: banana, mamão, genipapo, manga e coco seco.



Figura 7: Produtos para comercialização. FUNDAT (Fundação Municipal de Formação para o Trabalho), Inácio Barbosa, Aracaju, 2022.



Figura 8: Feira Agroecológica e produtos comercializados. Feira da Prefeitura Municipal, Bairro Ponto Novo, Aracaju, 2022.

A partir das observações realizadas durante o acompanhamento das atividades do projeto Cultivando Cidadania, é possível perceber que um dos principais entraves é a limitação de recursos financeiros, pois embora tenha um impacto social significativo na segurança alimentar e geração de renda, enfrenta desafios que podem comprometer sua

continuidade e eficácia. A falta de investimentos contínuos pode afetar a aquisição de insumos agrícolas, ferramentas e assistência técnica, tornando difícil a expansão e a sustentabilidade do projeto. Além disso, cortes orçamentários imprevistos podem reduzir a capacidade de atendimento e prejudicar a qualidade da produção.

A adesão dos participantes também se mostra um fator de vulnerabilidade. O cultivo agrícola exige dedicação contínua, e muitos beneficiários acabam desistindo ao longo do processo, seja pelo baixo retorno financeiro, seja pela necessidade de buscar outras fontes de renda mais imediatas. A falta de mão de obra impacta diretamente a manutenção das hortas, levando algumas delas ao encerramento.

O envolvimento da comunidade é outro aspecto essencial que pode se tornar um obstáculo. Algumas localidades não aderem a iniciativa, seja por desconhecimento sobre seus benefícios ou por falta de interesse na prática agrícola. Em alguns casos, há resistência cultural, onde a agricultura urbana não é vista como uma alternativa viável para complementação da alimentação ou geração de renda. Sem o engajamento coletivo, a gestão das hortas se torna mais difícil, comprometendo a produtividade e a continuidade do projeto.

Apesar dos diversos benefícios associados à agricultura urbana — como o acesso a alimentos saudáveis, a geração de renda, a educação ambiental e a ocupação produtiva de espaços ociosos —, a adesão à prática ainda encontra obstáculos em algumas localidades. Seja por desconhecimento dos benefícios socioambientais, seja por falta de incentivo governamental direto, muitas comunidades não se envolvem com iniciativas desse tipo. Além disso, observa-se, em determinados contextos, uma resistência cultural, onde a agricultura urbana não é percebida como uma alternativa viável para complementar a alimentação familiar ou fortalecer a economia local. Essa ausência de engajamento coletivo compromete diretamente a gestão compartilhada das hortas comunitárias, reduzindo sua produtividade e ameaçando a continuidade dos projetos implementados.

Nesse cenário, a existência de marcos legais que reconheçam, incentivem e orientem a prática da agricultura urbana é fundamental para garantir sua institucionalização, ampliar sua aceitação social e assegurar recursos técnicos e financeiros. No Brasil, duas leis se destacam nesse sentido. A primeira é a Lei nº 11.346/2006, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e reconhece a agricultura urbana e periurbana como uma estratégia legítima para a efetivação do direito humano à alimentação adequada.

Mais recentemente, foi sancionada a Lei nº 14.935/2024, que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Essa nova legislação estabelece diretrizes para a promoção da agricultura em áreas urbanas e periurbanas com foco na produção de

alimentos saudáveis, no reaproveitamento de resíduos orgânicos, na conservação da biodiversidade e na inclusão social. Ela também prevê ações intersetoriais entre os governos federal, estadual e municipal, a destinação de recursos financeiros para projetos locais, e a criação de mecanismos de incentivo à organização comunitária, incluindo a formação de hortas urbanas, escolares e comunitárias. A lei reforça ainda a importância do acesso à terra urbana e da capacitação técnica de agricultores e agricultoras, ampliando a efetividade das ações em territórios vulneráveis.

A ausência desse respaldo legal e institucional pode intensificar as barreiras culturais e estruturais já existentes, gerando descontinuidade nos projetos e desestimulando a participação popular. Por isso, a construção de políticas públicas integradas e participativas, amparadas por legislações específicas e voltadas à sensibilização da comunidade, é indispensável para que a agricultura urbana cumpra seu papel como ferramenta de inclusão social, sustentabilidade ambiental e promoção da segurança alimentar, especialmente em contextos urbanos periféricos e marcados por desigualdades.

As parcerias estabelecidas também nem sempre funcionam como esperado. Algumas empresas e organizações, embora inicialmente engajadas, podem não manter o comprometimento necessário para apoiar a iniciativa a longo prazo. Sem suporte adequado, tanto na comercialização quanto na capacitação dos participantes, o projeto pode perder força e se tornar insustentável.

Essas fragilidades evidenciam a urgência de estratégias mais estruturadas e sustentáveis que assegurem a continuidade e a efetividade do Projeto Cultivando Cidadania. A diversificação das fontes de financiamento, por meio de parcerias institucionais e incentivos públicos, aliada a ações de sensibilização e mobilização comunitária, é fundamental para ampliar o engajamento local. Além disso, é imprescindível o fortalecimento da estrutura de apoio técnico, da capacitação dos participantes e da logística de comercialização dos produtos, de modo a garantir a sustentabilidade econômica e social da iniciativa, bem como potencializar seus impactos positivos na promoção da segurança alimentar e da inclusão produtiva em comunidades vulneráveis.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Urbana Agroecológica, em especial quando voltada para a inclusão produtiva, tem se consolidado como uma estratégia crucial para a promoção da segurança alimentar, nutricional e a autonomia econômica das populações em situação de vulnerabilidade social. O Projeto Cultivando Cidadania, realizado no município de Aracaju, exemplifica de maneira eficaz como a união entre políticas públicas, organizações comunitárias e instituições de ensino pode potencializar a inclusão social e o desenvolvimento sustentável de populações carentes.

A partir de uma abordagem agroecológica, o projeto não só proporciona acesso a alimentos mais saudáveis e nutritivos, como promove o fortalecimento da renda das famílias, muitas delas vinculadas ao Programa Bolsa Família. A criação de hortas urbanas em espaços públicos ociosos e comunitários não só gera alimentos frescos e livres de agrotóxicos, mas também fomenta a autonomia das famílias, ao possibilitar a comercialização desses produtos em feiras locais.

Ao integrar práticas agrícolas sustentáveis com ações de capacitação técnica, o Projeto Cultivando Cidadania extrapola a mera produção de alimentos, promovendo uma abordagem abrangente da segurança alimentar, que contempla o acesso regular e digno aos alimentos, o uso adequado dos recursos disponíveis e a sustentabilidade dos sistemas produtivos. As parcerias estabelecidas com a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS), a Universidade Federal de Sergipe (UFS) e os graduandos do curso de Engenharia Agrônômica desempenham um papel estratégico na consolidação das atividades do projeto, contribuindo não apenas para sua continuidade, mas também para o fortalecimento de uma rede colaborativa de apoio social e técnico voltada às populações em situação de vulnerabilidade.

Em termos de segurança alimentar, é importante destacar que a agricultura agroecológica aplicada no projeto contribui para a saúde das pessoas, na preservação do meio ambiente e a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis. O uso de técnicas, como o preparo do solo adequado, a adubação orgânica e o manejo agroecológico, permite que as hortas funcionem de maneira eficiente, sem recorrer ao uso de produtos químicos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Fica evidente que o impacto do projeto vai além da oferta de alimentos frescos e da geração de renda pois, ele atua como um canal de educação e conscientização. Porém, isto só é possível por meio das oficinas e palestras, que geram a valorização da alimentação

saudável e estimulam o envolvimento das comunidades em práticas sustentáveis. Cria-se, portanto, um ciclo de benefícios que se estendem às futuras gerações.

Desse modo, o Projeto Cultivando Cidadania, como modelo de Agricultura Urbana Agroecológica, evidencia-se como importante instrumento de produção da segurança alimentar e nutricional das famílias Aracajuanas, e se configura como uma ferramenta de inclusão produtiva e transformadora social. A replicação de iniciativas como esta, em outros contextos pode, sem dúvida, desempenhar um papel fundamental na construção de cidades mais sustentáveis e inclusivas, em que as questões de segurança alimentar, autonomia financeira e proteção ambiental sejam contempladas de maneira integrada e eficaz.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Lucimar Santiago et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 26, p. 29, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v26i0.26865>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- ALMEIDA, M. F. et al. Desafios para garantir a segurança alimentar no contexto das mudanças climáticas. *Revista Internacional de Agricultura e Segurança Alimentar*, v. 34, n. 2, 2020.
- ALMEIDA, R. G. de; MONTEIRO, J. M. G.; OLIVEIRA, J. V. de. *Manejo Ecológico de Pragas e Doenças*. Brasília: Embrapa, 2014.
- ALTIERI, Miguel A. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 7. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ARACAJU. Prefeitura Municipal de Aracaju. Projeto Cultivando Cidadania leva segurança alimentar e hortas comunitárias a bairros vulneráveis. Aracaju: SEMASC, 2023. Disponível em: [https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/81825/cultivando\\_cidadania\\_projeto\\_da\\_prefeitura\\_fomenta\\_a\\_autonomia\\_de\\_familias\\_atraves\\_do\\_cultivo\\_de\\_hortas.html](https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/81825/cultivando_cidadania_projeto_da_prefeitura_fomenta_a_autonomia_de_familias_atraves_do_cultivo_de_hortas.html). Acesso em: 5 abr. 2025.
- AZEVEDO, E. C.; ARAÚJO, M. A. *Adubação Verde: fundamentos e práticas*. Recife: IPA, 2003.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Especialistas apontam riscos para segurança alimentar com guerra entre Rússia e Ucrânia. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/881871-especialistas-apontam-riscos-para-seguranca-alimentar-com-guerra-entre-russia-e-ucrania/>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm). Acesso em: 5 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.935, de 4 de abril de 2024. Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 5 abr. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.935-de-4-de-abril-de-2024-545682923>. Acesso em: 5 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Impactos da mudança do clima na produção de alimentos são debatidos durante conferência. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/04/impactos-da-mudanca-do-clima-na-producao-de-alimentos-sao-debatidos-durante-conferencia-1>. Acesso em: 23 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/caisan/sisan>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Cadernos de Agroecologia. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe. v. 15, n. 2, 2020. ISSN 2236-7934.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER, José A. *Agroecologia: conceitos e princípios*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CODERSE. Agricultura familiar. Disponível em: <https://coderse.se.gov.br/tag/agricultura-familiar/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Anuário Agrologístico*. Brasília, DF, v. 1, 2024.

EHLERS, E. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Livro da Terra, 1996.

EMBRAPA. *Compostagem e uso de biofertilizantes em sistemas agroecológicos*. Brasília: Embrapa Agroecologia, 2018.

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe. Assistência técnica da Emdagro contribui para uma agricultura sustentável. 2024. Disponível em: <https://emdagro.se.gov.br/assistencia-tecnica-da-emdagro-contribui-para-uma-agricultura-sustentavel/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE (Emdagro). Emdagro lança plano de trabalho para agroecologia e produção orgânica em Sergipe. 2024. Disponível em: <https://emdagro.se.gov.br/emdagro-lanca-plano-de-trabalho-para-agroecologia-e-producao-organica-em-sergipe/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DE SERGIPE (Emdagro). Mapeamento da produção orgânica em Sergipe segue até 18 de outubro. 2024. Disponível em: <https://emdagro.se.gov.br/mapeamento-da-producao-organica-em-sergipe-segue-ate-18-de-outubro/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *Segurança alimentar: conceitos e definições*. Relatório da FAO, 2019. FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *O estado da segurança alimentar e nutricional no mundo 2021*. FAO, 2021.

FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://fbssan.org.br/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

FUKUOKA, Masanobu. *A revolução de uma palha: a prática da agricultura natural*. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação na Cidade: a experiência das hortas comunitárias urbanas*. São Paulo: Cortez, 2015.

HORTAS comunitárias: o projeto horta urbana de Santo Antônio do Descoberto. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2007. 160 p. ISBN 978-85-86413-09-7.

HUNGRIA, Maria José. *Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano: Desenvolvimento Humano e Segurança Alimentar no Brasil*. Brasília: PNUD, 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 6 abr. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). *Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios*. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3162/1/Mudan%C3%A7a%20do%20clima%20no%20Brasil....pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

INSTITUTO ESCOLHAS. Como o Governo Federal pode apoiar os municípios no fomento à produção local de alimentos? *Sumário Executivo*. São Paulo, 2023.

LEÃO, Marília (Org.). *O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. ISBN 978-85-63364-06-7.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. 174 p. (Conceitos Fundamentais).

MANGUE JORNALISMO. Governo de Sergipe não implanta política de agroecologia e produção orgânica; movimentos sociais fazem protesto e cobram ações de combate ao agrotóxico. 2023. Disponível em: <https://manguejornalismo.org/governo-de-sergipe-nao-implanta-politica-de-agroecologia-e-producao-organica-movimentos-sociais-fazem-protesto-e-cobram-acoes-de-combate-ao-agrotoxico/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

MESQUITA, Filipe Feliz. Agricultura orgânica: relato de uma experiência. *Colóquio*, v. 10, n. 2, p. 149-156, 1 jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.26767/coloquio.v10i2.86>. Acesso em: 30 jan. 2025.

NORONHA, Gustavo Souto; MALUF, Renato Sergio; CASTRO, Leonardo; NORONHA, José Carvalho de; DELGADO, Nelson Giordano; GADELHA, Paulo (org.). *Alimentação e nutrição no Brasil: perspectiva na segurança e soberania alimentar*. Rio de Janeiro: Edições Livres; Fundação Oswaldo Cruz, 2023. 452 p.

PADUA, A. B.; GONÇALVES, J. M. Agricultura orgânica no Brasil: conceitos, práticas e perspectivas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 10, n. 1, 2015. Relatório do desenvolvimento humano 2019: além do rendimento, além das médias, além do presente – desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Brasília: PNUD, 2020. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019pt.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.

SANTOS, Diego Henriques. Agricultura urbana e segurança alimentar. *Revista Multidisciplinar da Uniesp*, São Paulo: Saber Acadêmico, ed. 11, ano 2011, 30 mai. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA DE SERGIPE (Seagri). Sergipe investe na produção agroecológica. 2020. Disponível em: <https://seagri.se.gov.br/sergipe-investe-na-producao-agroecologica/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SEN, A. K. *O desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 163-172, 1999.

SERGIPE. Decreto nº 40.051, de 2018. Regulamenta a Lei nº 7.270/11 e institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <https://seagri.se.gov.br/decreto-de-agroecologia-estadual-e-regulamentado-pelo-governo-do-estado-de-sergipe/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SERGIPE. Lei nº 7.270, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre os incentivos à implantação de Sistemas de Produção Agroecológica pelos agricultores familiares no Estado de Sergipe e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=166071>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SERGIPE. Lei nº 8.167, de 1º de dezembro de 2016. Institui o conceito de sementes crioulas e o incentivo à conservação da Agrobiodiversidade no Estado de Sergipe. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=333838>. Acesso em: 6 abr. 2025.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SEASIC). SEASIC estimula alimentação saudável e bem-estar com hortas comunitárias nos Espaços Cuidar. 2024. Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/seasic-estimula-alimentacao-saudavel-e-bem-estar-com-hortas-comunitarias-nos-espacos-cuidar/>. Acesso em: 23 fev. 2025.

SILVA, M. L.; COSTA, A. S. Agricultura urbana e direito à alimentação: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 14, n. 3, p. 112-124, 2019.

SOUZA, L. S.; LIMA, R. A. Segurança alimentar e nutricional: desafios e perspectivas para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de Segurança Alimentar*, v. 6, p. 31-48, 2017.

TOWNSEND, R. J.; GARCÍA, J. S. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma visão global. *Food Security Journal*, v. 18, 2018.

VIOLA, Mariana Camboim. As políticas públicas de segurança alimentar e a fome no Brasil: uma análise de 2003 a 2021. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita Inês Paetzhold Pauli. 2022. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2022.